

LUIS A. VERNEI
E A FILOSOFIA EUROPEIA DO SEU TEMPO:
O PROBLEMA DOS UNIVERSAIS

AMÂNDIO A. COXITO

1. Introdução

Ainda que na filosofia contemporânea o problema dos universais se tenha tornado, em geral, objecto de suspeição, em virtude dalgumas formulações pouco credíveis, a verdade é que não deixa de ser uma questão importante, com incidência em diversos domínios, a principiar pela teoria do conhecimento. O que se designa por pensamento conceptual, envolvendo o uso de termos gerais, só pode ser explicado a partir da solução daquele problema. A questão é, pois, saber quais são os objectos do nosso pensamento quando nos servimos desses termos. Por isso, é pertinente afirmar que compreender os universais é compreender como pensamos¹.

Na história da filosofia houve períodos em que as disputas sobre os universais foram preponderantes, destacando-se sobremaneira a época medieval, que produziu sobre o tema uma imensa literatura, a que não foram estranhas as questões de natureza teológica que estavam subjacentes.

Foi também nessa época que o problema se colocou pela primeira vez dum modo explícito. Mas a sua génese remonta quase às origens do pensamento filosófico grego, evidenciando-se através da antinomia fundamental do uno e do múltiplo, que se traduz deste modo: o que os nossos sentidos nos manifestam é a pluralidade das coisas e o seu contínuo devir; por seu lado, o espírito tende a realizar uma unificação na heterogeneidade da experiência. Será possível resolver a aparente

¹ AARON, R. I. — *The Theory of Universals*, Oxford, Clarendon Press, 1952, p. VII.

contradição? Entre os pré-socráticos foram dadas a este quesito respostas unilaterais e irredutíveis, presentes essencialmente nas posições de Heraclito e dos Eleatas. Com Sócrates, porém, através da teoria do conceito, principiou a esboçar-se uma solução superadora, culminada com a doutrina platónica das Ideias e com a noção de "forma" em Aristóteles.

Na Idade Média, a então chamada "quaestio de universalibus" surgiu a propósito dum passo da *Isagoge* de Porfírio, onde se pergunta pelo modo de existência dos géneros e das espécies: "Evitarei opinar, a respeito dos géneros e das espécies, se são realidades subsistentes em si mesmas ou se existem apenas no espírito; e, admitindo que são subsistentes, se são corpóreos ou incorpóreos e se estão separados das coisas sensíveis ou incluídos nelas. Na verdade, trata-se dum problema muito profundo e que exige uma investigação mais extensa"². Foi neste texto, através da tradução de Boécio, que os filósofos medievais, a partir do século XI, encontraram matéria aliciante para as suas especulações, ainda que se tenham limitado às noções genéricas e específicas das substâncias, não se ocupando das qualidades, das acções, etc.; por outro lado, retiveram somente os aspectos lógico e metafísico, desprezando a génese psicológica dos conceitos abstractos³.

Face ao objectivo deste nosso estudo, seria despropositado examinar aqui as diferentes tomadas de posição na Escolástica medieval sobre a problemática em causa, que originaram acesas polémicas entre os *reales* e os *nominales*. Um eco dessas polémicas fez-se sentir para além da Idade Média, nos compêndios da Segunda Escolástica, com a rejeição incondicional do nominalismo. Mas, fora deste ambiente doutrinal, a insistência na necessidade da observação dos factos naturais e a reacção contra o formalismo e o intelectualismo escolásticos, significando uma descon-fiança para com a especulação abstracta e a metafísica tradicional, induziram os principais filósofos da época a tomar uma atitude crítica face ao realismo dos universais, inclusive na sua forma moderada. É este facto que irá prender a nossa atenção, com incidência privilegiada naqueles autores cujo pensamento estabelece o contexto que permite compreender o ponto de vista de Vernei, que constitui afinal a razão determinante do nosso estudo.

² "Mox de generibus et speciebus, illud quidem sive subsistant sive in solis nudisque intellectibus posita sint, sive subsistentia corporalia sint an incorporalia, et utrum separata a sensibilibus an in sensibilibus posita et circa ea constantia, dicere recusabo: altissimum enim negotium est huiusmodi et maioris egens inquisitionis" (PORFÍRIO — *Isagoge*, trad. de Boécio, in P. L., vol. 64, p. 82).

³ WULF, Maurice de — *Histoire de la philosophie médiévale*, Louvain, Institut Supérieur de Philosophie; Paris, J. Vrin, 1934, p. 148.

*

Nos séculos XVII e XVIII, as diferenças quanto ao *status* psicológico e metafísico dos universais estabeleceram um dos pontos de controvérsia mais importantes entre os filósofos continentais e os empiristas ingleses ⁴. De qualquer modo, no século XVII a doutrina prevalecente foi a conceptualista, ainda que se encontrem também sugestões de nominalismo ⁵. A denominação de “conceptualismo” aplica-se à teoria que, admitindo a existência de conceitos universais, rejeita que eles tenham uma correspondência na realidade. Distingue-se, pois, do nominalismo em sentido estrito, que considera que o universal é apenas a palavra (*nomen, vox*, em terminologia escolástica), por meio da qual se designa uma colecção de indivíduos.

Foi muito discutida pelos conceptualistas a natureza dos conceitos ou o seu modo de existência, assim como o tipo de relação com as entidades concretas por eles significadas. Não surpreende por isso que o conceptualismo se encontre quer em autores de tendência predominantemente racionalista, quer, ao contrário, empirista. Descartes, por exemplo (herdeiro nalguns casos do platonismo), pelo menos nos *Principes de la philosophie* é conceptualista. Segundo ele, o universal não existe *in re*, mas somente no espírito. Pronunciando-se acerca da origem dos universais, é bem explícito ao dizer que eles “se reduzem ao facto de nos servirmos duma mesma ideia com o propósito de pensar várias coisas particulares que têm entre si uma certa afinidade; e, quando compreendemos sob o mesmo nome as coisas representadas por tal ideia, esse nome é também universal” ⁶. A ideia universal está no lugar de vários objectos semelhantes, mas não se reporta a uma natureza identicamente presente em todos eles. Esta doutrina põe a descoberto a faceta empirista de Descartes, que sobressai ainda noutros aspectos da sua filosofia ⁷. Mas o conceptualismo não se depara apenas — nem sobretudo — em pensadores racionalistas. A verdade é que, no século XVII, o exemplo mais característico é o de Locke, que adiante estudaremos.

Por outro lado, na mesma época, podem identificar-se posições nominalistas, nomeadamente, duma maneira mais explícita, em Hobbes,

⁴ RUSSELL, Bertrand — *My Philosophical Development*, London, George Allen & Unwin Ltd., 1959, p. 156.

⁵ AARON, R. I. — *Op. cit.*, p. 19-20.

⁶ DESCARTES, René — *Les principes de la philosophie*, I, 59, in “Oeuvres philosophiques”, t. III, ed. de F. Alquié, Paris, Ed. Garnier, 1973, p. 127.

⁷ Cfr. LAPORTE, Jean — *Le rationalisme de Descartes*, Paris, P. U. F., 1950, p. 94-95.

na sequência da redução da realidade a simples absolutos: “Nada existe no mundo que seja universal, a não ser os nomes, pois as coisas denominadas são todas elas individuais e singulares”⁸. Justifica-se assim que a doutrina hobbesiana da proposição seja a da lógica nominalista e, em particular, a de Ockham, com a defesa da teoria da identidade da cópula verbal, segundo a qual tanto o sujeito como o predicado estão tomados em extensão, denotando a mesma coisa⁹; deste modo, ao contrário do que acontece com a teoria da inerência, característica do realismo, o predicado não é interpretado intensionalmente, pois ele não significa uma forma ou natureza universal, pensada como inerente ao sujeito. No entanto, seria de indagar se a filosofia de Hobbes satisfaz as exigências dum nominalismo consequente.

2. A inconsistência do conceptualismo de Locke

Regressando à explicação conceptualista, o seu defensor mais notável, nos primórdios da época moderna, foi de facto Locke, que irá merecer da nossa parte uma referência mais circunstanciada, não só pela influência geral que exerceu sobre Vernei (que ultrapassa a presente problemática), como também para compreendermos a razão das censuras que lhe foram feitas — inclusive pelo mesmo Vernei —, no âmbito da questão que estamos discutindo.

Antes de mais, é de todo compreensível que Locke tenha rejeitado o realismo dos universais em qualquer das formas que revestiu na tradição filosófica, pois o empirismo é uma tentativa de explicação do nosso conhecimento da realidade contendo o pressuposto de que a sua origem e fundamentação lógica estão apenas na experiência. No entanto, Locke não caiu na posição extrema de recusar a existência de ideias gerais abstractas, ainda que para ele a abstracção possua um sentido diferente do aristotélico-escolástico.

São inegáveis, porém, as perplexidades de Locke quando se propõe estabelecer uma doutrina dos universais, uma vez recusado o realismo. Tal facto ressalta com nitidez dum passo do *Essay concerning Human Understanding*, referente à ideia geral de “triângulo”. Se as ideias gerais

⁸ HOBBS, Thomas — *Leviathan*, I, iv, London, George Routledge & Sons Ltd.; New York, E. P. Dutton & Co., s. d., p. 15.

⁹ “Oratio haec ‘Homo est animal’ (...) propositio est, propterea quod qui sic dicit putare se nomen posterius ‘animal’ nomen esse rei eiusdem cuius nomen est ‘homo’” (HOBBS, Thomas — *Elementorum philosophiae. I — De corpore*, London, 1655, I, iii, 2).

parecem a uma pessoa adulta fáceis de formar, isso é devido ao seu uso frequente; mas, se nos dermos ao trabalho de reflectir, concluiremos que elas encerram dificuldades e que não se nos revelam com a simplicidade que imaginamos ¹⁰ “Por exemplo, não exige trabalho e perícia formar a ideia geral de triângulo? (que aliás não é das mais abstractas, complicadas e difíceis); pois ele não pode ser obliquângulo, nem rectângulo, nem equilátero, isósceles ou escaleno, mas todas estas coisas e nenhuma delas ao mesmo tempo. Trata-se efectivamente de algo imperfeito que não pode existir: uma ideia em que se conjugam partes de ideias diferentes e incompatíveis. É certo que o espírito, sendo imperfeito, necessita de tais ideias e serve-se delas como pode por conveniência de comunicação e alargamento do saber (...). Mas há motivo para suspeitar serem tais ideias índices da nossa imperfeição” ¹¹.

Estas palavras foram por vezes interpretadas como se no pensamento de Locke a ideia geral de “triângulo” fosse uma ideia complexa que contém em si várias ideias simples contraditórias, o que na verdade é impossível e absurdo. Não seria, por essa razão, razoável atribuir a Locke tal ponto de vista. Berkeley, no seu comentário em tom polémico, foi o primeiro responsável por aquela interpretação viciosa ¹². Mas, através duma leitura atenta, apercebemo-nos de que o que Locke afirmou foi que a ideia geral de “triângulo” é formada por “partes” de ideias diferentes. Nada existe aqui que destoe da sua doutrina geral sobre as ideias abstractas, como adiante iremos comprovar. E, se tais ideias são ditas “incompatíveis”, isso acontece apenas enquanto se consideram os caracteres individuais dos objectos que representam. Se o texto citado ocasionou perplexidades, ter-se-á devido ao facto de o seu autor se expressar intencionalmente de modo a fazer sobressair a dificuldade em formar as nossas ideias gerais ¹³.

A dificuldade de que fala Locke no texto acima repercute-se nas suas tentativas de explicação dos universais, em que ele se mostra extremamente vago, obscuro e inconcludente. A diversidade de opiniões dos investigadores corrobora que é muito problemático definir dum modo preciso o que Locke pensou sobre esse tema. Assim, R. I. Aaron considera

¹⁰ LOCKE, John — *An Essay concerning Human Understanding*, IV, vii, 9, London, George Routledge & Sons Ltd.; New York, E. P. Dutton & Co., s. d., p. 509. Doravante designaremos esta obra apenas por *Essay*.

¹¹ *Idem, ibid.*

¹² BERKELEY, George — *A Treatise concerning the Principles of Human Knowledge*, in “Works”, vol. II, ed. de A. A. Luce e T. E. Jessop, London, etc., Thomas Nelson & Sons Ltd., 1949, Intr., 13, p. 32-33.

¹³ AARON, R. I. — *John Locke*, 2ª ed., Oxford, Clarendon Press, 1955, p. 196.

ser possível distinguir na exposição de Locke pelo menos três posições distintas ¹⁴; por sua vez, A. Luce dá a entender que deve falar-se dum aprofundamento, de contornos pouco claros, ao longo do *Essay*, duma posição inicial, que Locke teria considerado pouco satisfatória ¹⁵; e G. Warnock (referindo-se especialmente à natureza das ideias abstractas) é de parecer que Locke não forneceu qualquer solução explícita e que os seus textos não permitem estabelecer nenhuma ¹⁶.

Sendo embora arriscado pretender determinar qual teria sido o ponto de vista característico de Locke sobre os universais, é indispensável abordarmos a questão, nos seus traços essenciais, para podermos entender a postura crítica de pensadores do século XVIII, a principiar por Berkeley, cuja rejeição da doutrina lockeana das ideias abstractas se repercutiu, parcialmente, sobre Vernei.

Há, em primeiro lugar, passos do *Essay* sustentando que a característica da universalidade compete às ideias particulares, enquanto representam outras do mesmo tipo (*kind*) ¹⁷. Por isso, se uma ideia, enquanto facto psíquico, é por sua natureza particular, na sua significação é universal ¹⁸. A universalidade não é então intrínseca às ideias, mas somente "acidental", na expressão do próprio autor do *Essay* ¹⁹. Teria sido esta, segundo J. Gibson, a concepção constantemente repetida e realçada por Locke ²⁰. Ela não se distingue essencialmente da que foi depois perflhada por Berkeley sobre o mesmo tema. E, como veremos, incorre na mesma impugnação.

Mas o problema é bem mais complexo, dado que deparamos com uma proposta diferente, que, socorrendo-se do conceito de abstracção, assevera que há ideias (as abstractas) com uma universalidade intrínseca, e não meramente accidental. Os contemporâneos entenderam tal proposta como a que de facto caracteriza o pensamento de Locke. É ela que justifica atribuir a designação de "conceptualismo" à sua doutrina e que está na base das críticas que lhe foram feitas, na linha dum empirismo que se pretendia consequente e que Locke teria adulterado.

¹⁴ *Idem*, p. 197.

¹⁵ LUCE, A. A. — *Berkeley and Malebranche. A Study in the Origins of Berkeley's Thought*, Oxford, Clarendon Press, 1967, p. 132-135.

¹⁶ WARNOCK, G. J. — *Berkeley*, Melbourne-London-Baltimore, Penguin Books, 1953, p. 62-65.

¹⁷ "The mind' considers that appearance alone makes it a representative of all of that kind" (LOCKE, John — *Op. cit.*, II, xi, 9, p. 104; cfr. IV, xvii, 8, p. 577).

¹⁸ *Idem*, III, iii, 11, p. 330.

¹⁹ *Idem*, IV, xvii, 8, p. 577.

²⁰ GIBSON, James — *Locke's Theory of Knowledge and its Historical Relations*, Cambridge, University Press, 1960, p. 68.

Principiemos por aduzir, a propósito, um dos textos mais significativos: “As palavras tornam-se gerais ao fazermos delas sinais de ideias gerais; e as ideias tornam-se gerais quando delas separamos as circunstâncias de tempo e de lugar e quaisquer outras ideias que as possam determinar nesta ou naquela existência particular. Por este processo de abstracção, elas são capazes de representar mais que um indivíduo, cada um dos quais, tendo em si uma conformidade com essa ideia abstracta, é chamado — como dizemos — desta espécie (*sort*)”²¹.

Segundo o texto, a formação das ideias gerais ou universais deve-se à abstracção, que em Locke reveste um carácter diferente daquele que tinha sido inculcado pela tradição escolástica, nomeadamente pela tomista, para a qual aquele processo mental tem pressupostos eminentemente metafísicos. A razão é que o universal reside no sensível, mas, para conhecê-lo, é necessário depurá-lo, pois no sensível está apenas em potência; a sua passagem a acto, na abstracção, é obra do intelecto agente²², que determina que as formas imersas nos dados da sensibilidade adquiram um estado diferente do estado material em que se encontravam. É isso que condiciona a construção da forma essencial, que — importa acentuá-lo — não resulta duma simples triagem que extraísse pelo entendimento, do seio do sensível, certos elementos privilegiados, pelo facto de a experiência os ter reconhecido como comuns ou semelhantes em diversos indivíduos. Se assim fosse, o universal reduzir-se-ia ao produto da generalização duma ou de várias propriedades verificadas em múltiplos casos. Na doutrina tomista, porém, a essência depurada pertence a uma “existência superior, mais profunda e mais intensa”²³. Trata-se duma “espécie inteligível”, que o intelecto agente obtém por um acto de “iluminação” especial²⁴, comparável por alguns tomistas modernos à influência dos raios X, que descobrem o esqueleto por detrás das vísceras. Ainda que imperfeita (porque de natureza meramente física), esta

²¹ “Words become general by being made the signs of general ideas; and ideas become general by separating from them the circumstances of time, and place, and any other ideas that may determine them to this or that particular existence. By this way of abstraction they are made capable of representing more individuals than one, each of which, having in it a conformity to that abstract idea, is (as we call it) of that sort” (LOCKE, John — *Op. cit.*, III, iii, 6, p. 328). Locke usa os termos “sort” e “species” como equivalentes (cfr. *Idem*, III, iii, 15, p. 333).

²² “Sed illud superius et nobilius agens quod vocat intellectum agentem (...) facit phantasmata a sensibus accepta intelligibilia in actu per modum abstractionis cuiusdam” (AQUINO, Tomás de — *Sum. theol.*, I, q. 84, a. 6; cfr. I, q. 79, a. 3 ad 3 e I, q. 85, a. 1).

²³ GARIN, Pierre — *La théorie de l'idée suivant l'école thomiste*, vol. I, Paris, Desclée de Brouwer et C.^{ie}, 1932, p. 413.

²⁴ AQUINO, Tomás de — *Op. cit.*, I, q. 85, a. 1 ad 4; cfr. I, q. 54, a. 4 ad 2.

comparação tem o mérito de acentuar que, face à representação sensível, a actividade do intellecto é transformadora e sublimadora, operando uma autêntica “desencarnação do real”, libertando a essência universal, que o intellecto paciente contempla em estado puro. Tal metamorfose profunda sofrida pelo sensível no processo de abstracção tem sido por vezes qualificada como “secreta” e a correspondente pesquisa do universal como um devaneio nas regiões nebulosas do inteligível. Terá então de concluir-se que a teoria é um verdadeiro fracasso, como supõe J. Laporte?²⁵

Mais modesta é a explicação dos empiristas da época moderna, nomeadamente de Locke, que se recusam a invocar o aparato complicado atrás referido. O seu ponto de partida é que os elementos primeiros do conhecimento são ideias particulares (sensações ou imagens), recebidas passivamente, pois “as ideias simples, quando se oferecem ao espírito, não pode o entendimento recusá-las, nem alterá-las uma vez impressas (...), nem criar por si outras novas, tal como um espelho não pode rejeitar, modificar ou apagar as imagens ou ideias que os objectos colocados defronte produzem nele”²⁶. O espírito não é dotado de qualquer reagente capaz de revelar nos materiais sensíveis uma estrutura oculta, puramente inteligível, limitando-se por isso a “compor e dividir”²⁷ os materiais recebidos, isto é, a fazer e a desfazer combinações de ideias, pela imaginação.

Nesta linha de pensamento, para o empirismo a abstracção não passa duma espécie de corte ou separação operada pela mente nos dados da sensibilidade. A formação das ideias gerais ou universais (de “homem”, de “triângulo”) realiza-se quando o espírito, na representação dos objectos, considera certas aparências “separadas de todas as outras existências e circunstâncias do ser real, como o tempo, o lugar, ou quaisquer outras ideias concomitantes”²⁸. A acção do espírito é exclusivamente selectiva. Exemplificando: tendo-se observado muitos indivíduos humanos (de cada um dos quais permanece uma ideia complexa contendo diversas ideias simples), considera-se à parte a conduta racional, a capacidade de experimentar sensações, o serem bípedes, etc., formando-se uma ideia abstracta destas propriedades²⁹, a que corresponde um nome; omitem-se, pois, a estatura, a cor da pele ou dos olhos e outros caracteres que variam

²⁵ LAPORTE, Jean — *Le problème de l'abstraction*, Paris, P. U. F., 1940, p. 45-48.

²⁶ LOCKE, John — *Op. cit.*, II, i, 25, p. 70.

²⁷ *Idem*, II, ii, 2, p. 71.

²⁸ “Which is done by considering them as they are in the mind such appearances separate from all other existences, and circumstances of real existence, as time, place, or any other concomitant ideas. This is called “abstraction”” (*Idem*, II, xi, 9, p. 104).

²⁹ Cfr. *Idem*, III, iii, 8, p. 328.

de homem para homem. O omitido ou negligenciado são as notas individuais ou acidentais; o que se retém ou abstrai são as propriedades que a experiência mostra como comuns aos objectos a que a ideia geral se aplica.

Como se deduz do que ficou dito, as ideias abstractas são ideias parciais. Aliás, o termo “parcial” é repetidamente usado por Locke como equivalente a “abstracto”³⁰. Mas — é preciso sublinhá-lo —, as pessoas ao formarem essas ideias “não criam nada de novo”³¹, apenas omitem algo. Isto parece querer dizer que, se as ideias de cada objecto são aparências ou imagens particulares, as ideias das propriedades que eles possuem em comum não são qualitativamente diferentes, reduzindo-se também a imagens, capazes, segundo Locke, de representar muitos indivíduos³². Mas, como pode entender-se uma ideia ou imagem parcial (isto é, abstracta), construída a partir duma multiplicidade de imagens particulares, com exclusão das notas individuais? Percebe-se no *Essay* que Locke evitou sempre encarar esta questão, que no entanto é decisiva. A nosso ver, para ela não pode invocar-se outra saída senão a de identificar as ideias abstractas com imagens genéricas. A aceitação destas comporta, porém, um problema sério, pois não é possível *imaginar*, por exemplo, o homem em geral, mas tão-só um homem particular, com determinadas características. Locke parece ter-se apercebido daquele problema quando escreve que as ideias abstractas são “algo imperfeito que não pode existir”³³. De facto, a percepção *sensível* dos factos da consciência não as revela.

A doutrina das ideias abstractas, assim interpretada, contém uma outra inconsistência. Se tais ideias são obtidas por triagem dos caracteres comuns com eliminação dos individuais, uma vez que tal processo é comandado por um critério empírico, nunca se pode estar certo de que o que é conservado ou abstraído constitui verdadeiramente o universal, pois é sempre possível o aparecimento dum indivíduo da classe considerada em que não se verifique uma propriedade até então tida como comum. O universal corre, pois, o risco de conter algumas impurezas, tornando-se problemático, no sentido estrito, descobrir o que de facto é “comum a todos”.

A conclusão mais assinalável, de momento, é que a teoria da imagem genérica — consequência lógica do modo como Locke concebe a abstrac-

³⁰ LUCE, A. A. — *Op. cit.*, p. 133. Ver no *Essay* de Locke, v. g., III, iii, 9, p. 329.

³¹ “Wherein they make nothing new, but only leave out (...)” (LOCKE, John — *Op. cit.*, III, iii, 7, p. 328).

³² *Idem*, III, iii, 6, p. 328; cfr. 11, p. 330.

³³ *Idem*, IV, vii, 9, p. 509.

ção — implica que o universal deve ser entendido como uma entidade mental abstracta, que em si mesma não é objecto de experiência. Com efeito, ter uma ideia é percebê-la, mas o espírito, no ponto de vista do empirismo, só apreende particulares, tanto ao nível da realidade externa como da interna. Foi Berkeley quem primeiro detectou esta vulnerabilidade da explicação lockeana, o que justifica a sua crítica das ideias gerais obtidas por abstracção.

*

Aparentemente, a subsistência mental das ideias abstractas mostra-se mais acentuada no Livro III do *Essay*³⁴, onde são designadas por “essências”, como construções do espírito³⁵. Trata-se, portanto, de essências nominais, mas o facto de Locke pôr em relevo o seu carácter de permanência e imutabilidade deixa-nos perplexos. “As essências, sendo construídas a partir de ideias presentes no espírito, correspondentes aos nomes que lhes estão associados, são supostas permanecerem constantemente idênticas, quaisquer que sejam as mutações que possam ocorrer nas substâncias particulares. Com efeito, independentemente do que aconteça a Alexandre ou a Bucéfalo, as ideias a que “homem” e “cavalo” estão ligadas são sempre as mesmas; por isso, as essências dessas espécies permanecem e são indestrutíveis”³⁶. E já antes Locke afirmara que essas essências são “incriadas e incorruptíveis”³⁷.

Esta posição, deveras surpreendente num contexto empirista, foi motivo para alguns estudiosos verem em Locke um compromisso com uma forma de racionalismo extremo. Não pretendemos discutir tal interpretação, mas somente mostrar a inconsistência da identificação das ideias abstractas ou universais com essências imutáveis. Façamos a propósito as seguintes considerações:

1 — Através da essência nominal o espírito não está vinculado à apreensão da essência real ou ao “verdadeiro ser dalguma coisa, enquanto ela é o que é”³⁸. Na opinião de Locke, a essência real não é possível conhecê-la, mas somente a nominal. Surge, porém, aqui a primeira dificuldade. Segundo outros autores empiristas, como Vernei, a essência

³⁴ Cfr. LUCE, A. A. — *Op. cit.*, p. 133.

³⁵ “So that the essences of species (...) neither are nor can be anything but those precise abstract ideas we have in our minds” (LOCKE, John — *Op. cit.*, III, iii, 13, p. 332; 15, p. 333).

³⁶ *Idem*, III, iii, 19, p. 335.

³⁷ *Idem*, p. 334.

³⁸ *Idem*, III, iii, 15, p. 333.

nominal “é o conjunto daquelas ideias que julgamos constituírem a essência real”³⁹ e que são as mais conhecidas por nós. No caso limite em que pudéssemos apreender todas as propriedades dum objecto, as duas essências ajustar-se-iam exactamente. Neste ponto de vista está plenamente justificado que a essência nominal seja objecto de experiência. Em Locke, porém, a essência nominal reduz-se à ideia abstracta⁴⁰, formada pela separação mental das características comuns. Mas, ou essa essência se identifica com uma imagem genérica ou é uma entidade imutável, em conformidade com a solução ultimamente referida. No primeiro caso, deparamo-nos com o problema que atrás apontámos, em virtude do qual é legítimo duvidar que as essências nominais sejam percebidas sensorialmente; no segundo caso, o problema põe-se nos mesmos termos, no contexto duma explicação empirista do conhecimento que pretenda apresentar-se coerente.

2 — Em consonância com a teoria semântica expressamente afirmada por Locke, a essência nominal não pode ser considerada uma entidade fixa e imutável. “As palavras, na sua significação primária ou imediata, estão apenas no lugar das ideias presentes no espírito de quem as usa”⁴¹, donde se deduz que o que elas significam ou dão a conhecer é função da experiência de cada falante. A palavra “ouro” tem uma significação distinta para uma criança ou para um ourives, pois este conhece mais propriedades do ouro, possuindo a respeito dele ideias diferentes⁴² e formando, por esse motivo, a sua própria ideia abstracta. Essa a razão por que a essência nominal pode variar de pessoa para pessoa, pois a experiência de cada uma delas é que decide se uma determinada propriedade deve ou não ser incluída nos caracteres comuns. Os universais são então inevitavelmente subjectivos ou “criações do intelecto para seu próprio uso”⁴³. A partir dos dados sensíveis, eles são formados por abstracção, de acordo com as relações e as semelhanças que cada sujeito observa nesses dados.

3 — Face a esta conclusão, como pode entender-se a asserção de Locke de que as ideias abstractas ou os universais são essências fixas? No nosso ponto de vista, estamos perante posições inconciliáveis, que têm a ver com as indefinições e as incongruências da filosofia lockeana da

³⁹ VERNEI, Luís A. — *De re metaphysica ad usum lusitanorum adolescentium*, IV, iii, Lisboa, 1765, p. 146; cfr. p. 142.

⁴⁰ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, iii, 14, p. 332; III, vi, 6, p. 358.

⁴¹ “Words in their primary or immediate signification stand for nothing but the ideas in the mind of him that uses them” (*Idem*, III, ii, 2, p. 323; cfr. 3-4, p. 324).

⁴² Cfr. *Idem*, III, ii, 3, p. 324.

⁴³ “When therefore we quit particulars, the generals that rest are only creatures of our own making” (*Idem*, III, iii, 11, p. 330).

linguagem. Locke pretendeu manter, por um lado, a subjectividade das significações, caso em que o único termo de referência são as próprias ideias, formadas com base numa experiência sempre mutável e contingente. Está aí a origem das variações individuais de sentido das palavras e, consequentemente, das essências nominais, que não reproduzem um modelo constitutivo das essências reais das coisas. Por outro lado, Locke compreendeu que as ideias só têm um uso legítimo como factores de conhecimento da natureza e de comunicação entre os homens se se tornarem intersubjectivas, adquirindo uma significação constante, comparilhável por todos. Justifica-se assim que a análise lockeana da linguagem acabe por situar-se nos limites exigidos pela sua utilização na ciência experimental ⁴⁴, que funciona com conceitos rigorosos e bem definidos. Quando se coloca neste plano, Locke deixa de insistir no carácter subjectivo das significações, sustentando, ao contrário, que os nomes de cada ideia abstracta ou essência nominal “são nomes de coisas essencialmente diferentes” ⁴⁵; por outras palavras, a cada nome corresponde um único significado. É esta doutrina — afirmando a existência de significações precisas — que a crítica de Berkeley põe em causa: “Pensa-se que cada nome tem ou deve ter um só significado definido e preciso, que leva o homem a pensar que há certas ideias abstractas determinadas, constitutivas da verdadeira e única significação de cada nome geral (...); pelo contrário, não há significação precisa e definida ligada ao nome geral (...)” ⁴⁶.

Levando mais longe esta problemática, seria de indagar sobre uma possível fundamentação filosófica daquela inflexão da teoria lockeana da linguagem. A questão é complexa, mas talvez encontremos uma saída se aceitarmos o parecer de F. Duchesneau, segundo o qual Locke admite, dum modo implícito, uma metafísica da razão natural. Em virtude dela, existe, subjacente à análise “histórica” das ideias, uma doutrina da sua finalidade, que justifica um conhecimento adequado da natureza — correspondente às exigências próprias da acção humana — objectivamente fundado. Deste modo, a função significativa das palavras não está isolada das categorias do real: “A palavra, como sinal, comporta sempre uma referência indirecta implícita à ordem e à inteligibilidade do universo” ⁴⁷. Existe então um pressuposto, não confessado, de ordem metafísica, que a experiência não pode justificar, mas que fundamenta a organização

⁴⁴ DUCHESNEAU, François — *L'empirisme de Locke*, La Haye, Martinus Nijhoff, 1973, p. 199, nt. 70.

⁴⁵ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, iii, 14, p. 332.

⁴⁶ BERKELEY, George — *Op. cit.*, 18, p. 36.

⁴⁷ DUCHESNEAU, François — *Op. cit.*, p. 251.

racional da actividade do espírito e a sua apreensão objectiva das coisas. Esta hipótese ajuda de facto a compreender a posição de Locke de que as ideias universais, enquanto entidades abstractas significadas pelos nomes gerais, são essências “não geradas e incorruptíveis”.

Do que ficou exposto evidencia-se que Locke não tem a respeito dos universais uma posição clara e definida. O seu conceptualismo, procurando manter uma posição intermédia entre o realismo e o nominalismo em sentido estrito, manifesta-se inconsistente. Ele concebe o universal como uma entidade abstracta (quer como imagem genérica, quer como essência), que, embora construída a partir dos dados da percepção sensível, enquanto tal não é justificada pela experiência. A habitual qualificação de Locke como empirista moderado significa afinal que ele não foi capaz de extrair, coerentemente, as devidas ilações duma concepção filosófica que remete para a experiência sensível a explicação da origem e da fundamentação lógica do conhecimento humano.

3. O fracasso da solução de Berkeley

Se o ponto de vista de Locke sobre o problema dos universais pôde ser encarado por alguns como uma alternativa à solução realista, o certo é que, como já tínhamos insinuado, ele se revelou insustentável para Berkeley. Daí a famosa polémica, instaurada por este, contra as ideias gerais obtidas por abstracção. Vamos referir-nos agora mais pormenorizadamente à tese do filósofo irlandês, porque também ela é parte importante do contexto em que Vernei se moveu, a respeito da problemática em estudo.

Na Introdução ao *Treatise concerning the Principles of Human Knowledge*, considera Berkeley que os abusos da linguagem podem atribuir-se quase inteiramente à opinião de que “o espírito pode construir ideias abstractas ou noções de coisas”⁴⁸, que seriam obtidas de três modos: a) Considerando à parte, num objecto que possui várias propriedades, uma só (por exemplo, o movimento independentemente da extensão, num corpo móvel); b) Pensando o que é comum a várias propriedades (à extensão, à cor), não tendo em conta o que lhes é peculiar e as distingue; c) Separando mentalmente propriedades coexistentes em diversas substâncias concretas: (“Por exemplo, tendo observado que Pedro, Jaime e João se assemelham quanto à figura e a outras qualidades, ‘o espírito’ põe de parte (...) o que é peculiar a cada um, retendo apenas

⁴⁸ BERKELEY, George — *Op. cit.*, Introd., 6, p. 27.

o que é comum a todos; e assim forma a ideia abstracta (...) de "homem" ou, se preferirmos, "humanidade" ou "natureza humana" 49.

Berkeley interpreta o termo "ideia" como um conteúdo da percepção sensível que inclui as circunstâncias e as diferenças determinantes da existência particular dos objectos. As ideias abstractas são, por esse motivo, psicologicamente inviáveis, não sendo dada ao homem a faculdade de "conceber separadamente qualidades que é impossível encontrar separadas" 50. A crença em tais ideias deriva do uso da linguagem, que nos faz crer que as palavras gerais, para serem significantes, devem ter a nível mental uma correspondência unívoca, isto é, devem ser nomes duma entidade abstracta, como pensava Locke. Mas, se nos ativermos ao que de facto é pensado, é impossível formar, por exemplo, a ideia de "homem" sem nos representarmos uma pessoa com uma cor, uma estatura e outros caracteres determinados. Não podemos pensar senão o concreto, tal como se oferece à experiência.

É verdade que a linguagem é constituída por sinais que, na sua maior parte, designam um grande número de coisas particulares e cuja compreensão implica ideias aplicáveis a mais que um indivíduo. No entanto, isso quer dizer apenas que existem ideias gerais, mas não ideias abstractas. Em si mesmas, todas as ideias são concretas e particulares, atribuindo-se-lhes uma generalidade apenas porque substituem um grupo doutras ideias particulares, afins entre si: "Uma ideia, que considerada em si mesma é particular, torna-se geral quando representa ou está no lugar de todas as outras ideias particulares da mesma espécie (*sort*)" 51. Quer isto dizer que o carácter de "gerais" ou "universais" atribuído a certas ideias é meramente extrínseco, dependendo do modo como são consideradas as ideias particulares. Estamos perante uma solução que, como tínhamos visto, já fora proposta por Locke, ainda que Berkeley oculte essa paternidade.

Torna-se evidente que tal concepção rejeita não apenas o universal objectivo, na aceção do realismo, mas também que ele seja uma construção do espírito, como pretende o conceptualismo. Contudo, ela oferece também o flanco à crítica, contendo uma inconsistência flagrante. Dizer que a ideia geral se origina quando se considera uma ideia particular como representativa de muitas outras da mesma espécie, é em primeiro lugar

49 *Idem*, 9, p. 28.

50 "But I deny that I can abstract one from another, or conceive separately those qualities which it is impossible should exist so separated" (*Idem*, 10, p. 30).

51 "An idea, wich considered in it self is particular, becomes general by being made to represent or stand for all other particular ideas of the same sort" (BERKELEY, George — *Op. cit.*, 12, p. 32).

muito perturbador, pois não se entende como é que uma imagem, contendo os caracteres individuantes dum objecto, pode representar outras necessariamente diferentes dela. Por outro lado, a teoria deixa sem explicação como é que se determina quais são as ideias particulares representadas por outra particular. Afirmar que são aquelas que pertencem à mesma espécie é admitir à partida que já se conhece a espécie (que é uma entidade abstracta) em relação à qual as ideias particulares são exemplificações. Por outras palavras, afirma-se que o universal é um particular generalizado, estando, porém, subentendida a existência duma entidade intrinsecamente universal, que é condição de tal generalização, mas que não tem cabimento numa concepção filosófica para a qual só os particulares existem e são conhecidos.

A solução de Berkeley sofre, pois, duma incoerência irremediável. Ela não constitui uma alternativa ao conceptualismo de Locke, que se propôs impugnar.

Contemporaneamente, há quem aplauda tal solução, interpretando-a como se Berkeley tivesse pretendido dizer que a generalidade ou a universalidade duma ideia, em si mesma particular, consiste no *uso* que dela se faz. Supunhamos que um géometra demonstra o método de dividir uma linha recta em duas partes iguais (o exemplo é do próprio Berkeley). Ele traça uma linha duma certa cor e com um comprimento determinado; é uma linha particular, mas a demonstração referida é válida para toda e qualquer linha recta. Por esta razão, poderia alguém pensar que o géometra teve em mente a ideia abstracta de “linha”. Mas a tese de Berkeley é que o demonstrado sobre uma linha particular, pelo significado geral representa todas as linhas possíveis⁵². Segundo G. Warnock, isso é óbvio, dado que a linha particular “é usada como um exemplo”⁵³, não existindo no procedimento do géometra qualquer mistério. Pela nossa parte, fazemos apenas o reparo de que o uso do exemplo em todos os casos possíveis só é praticável se se souber que eles dizem respeito a linhas (e não a triângulos, etc.), exigindo por esse facto o conhecimento prévio do universal “linha”, sem o que a demonstração sobre uma linha particular não poderia ser generalizada. Tal conclusão não implica naturalmente que tenhamos de admitir a ideia abstracta de “linha” como Locke a concebeu.

*

Há um passo da obra de Berkeley em que este admite expressamente a abstracção, entendida duma maneira *sui generis*. Pensamos ser impor-

⁵² *Idem*, 12, p. 32.

⁵³ WARNOCK, G. J. — *Op. cit.*, p. 70.

tante esclarecer o assunto, para comprovarmos que, de qualquer modo, a concepção antes exposta se mantém inalterável. Principiemos citando o seguinte texto: "Universalidade(...) não consiste na absoluta, positiva natureza ou concepção dalguma coisa, mas na relação que mantém com os particulares por ela significados ou representados; por isso, coisas, nomes ou noções, por natureza particulares, tornam-se universais" ⁵⁴. O texto é acompanhado duma exemplificação, relativa a demonstrações geométricas. Escreve Berkeley que, ao demonstrar um teorema sobre triângulos, embora a demonstração incida sobre um triângulo particular, os seus caracteres individuantes não são tidos em conta (nomeadamente se tem um ângulo recto, se dois dos lados são ou não iguais), pois o que se tem em vista é a ideia universal de triângulo, que não deve entender-se como a ideia abstracta dum triângulo que não fosse nem equilátero, nem escaleno, nem isósceles ⁵⁵. Tem então de reconhecer-se a possibilidade de considerar apenas uma figura como triangular, não atendendo às particularidades dos ângulos ou às relações entre os lados. "Até aí lo géometral pode abstrair" — acrescenta Berkeley —, mas ele não pode construir "uma ideia abstracta, geral, inconsistente, de triângulo" ⁵⁶.

Ainda que tudo isto pareça bastante obscuro, Berkeley terá pretendido dizer, no essencial, o seguinte: a) A abstracção só pode admitir-se como selecção de propriedades dum particular, no sentido de prestar atenção a umas em vez de outras (por exemplo, à triangularidade, sem ter em conta a medida dos ângulos do triângulo), mas não como separação mental de propriedades que na realidade não se encontram separadas; b) A universalidade não é intrínseca às ideias ditas "abstractas" (caso em que seria uma "natureza positiva"), mas deriva duma relação entre particulares, que é estabelecida quando se abstrai dum particular uma propriedade que é generalizada a outros; c) O particular generalizado, em relação à propriedade abstraída, constitui o universal. Estamos de novo embrenhados na concepção cuja crítica já expusemos. Para abreviar, diremos apenas que a aplicação a todos os triângulos do teorema demonstrado sobre um triângulo particular — com base na generalização

⁵⁴ "Universality, so far as I can comprehend not consisting in the absolute, positive nature or conception of any thing, but in the relation it bears to the particulars signified or represented by it: by virtue whereof it is that things, names, or notions, being in their own nature particular, are rendered universal" (BERKELEY, George — *Op. cit.*, 15, p. 33-34).

⁵⁵ *Idem*, 15, p. 34.

⁵⁶ "So far he may abstract; but this will never prove, that he can frame an abstract general inconsistent idea of a triangle" (*Idem*, 16, p. 35).

duma propriedade — só é possível por se saber que se trata de triângulos, isto é, pelo facto de o géometra conhecer o universal “triângulo”. A generalização do particular não pode produzir universalidade se não houver um universal pressuposto, constituindo o fundamento de tal generalização.

Concluindo, a argumentação de Berkeley no *Treatise* possui um carácter acentuadamente polémico e destrutivo, visando denunciar as abstrações que, na sua óptica, constituíam o grande vício da doutrina de Locke, com repercussões sobre o mau uso da linguagem; mas não podemos deixar de pensar que o seu contributo para a solução do problema dos universais nada trouxe de positivo, revelando-se, pelo contrário, inconclusivo e até decepcionante.

4. Vernei: a alternativa à existência dos universais

Estamos agora em condições de analisar o pensamento de Vernei sobre o tema que vimos discutindo, situando-o no contexto doutrinal estabelecido.

O ponto de partida de Vernei para o estabelecimento duma doutrina dos universais é — como o de qualquer empirista — que todas as nossas ideias derivam da experiência sensível, directa ou indirectamente ⁵⁷, o que se comprova pela análise do desenvolvimento do espírito humano desde a infância. Na verdade, “quando as crianças alcançam, dum modo desembaraçado e expedito, o uso da razão, nada dizem ou pensam senão aquilo que tenham recebido, dia após dia, inúmeras vezes pelos sentidos externos” ⁵⁸. Usando uma expressão dos peripatéticos, o espírito humano é como “uma tábua rasa, em que podem imprimir-se muitas imagens, não estando nela de início nada escrito” ⁵⁹.

Mas tudo o que os sentidos apreendem é necessariamente individual, por serem coisas dotadas de propriedades e modos determinados, em virtude dos quais essas coisas são o que são e não outras. Daí que as ideias correspondentes representem essas realidades na sua existência concreta, separada de qualquer outra existência ⁶⁰.

⁵⁷ “Ideas omnes nostras vere a sensibus proficisci vel proxime vel remote (...) demonstrari potest” (VERNEI, Luís A. — *De re physica ad usum lusitanorum adolescentium*, Roma, 1769, vol IV, X, iii, 1, p. 456).

⁵⁸ *Idem*, p. 457; cfr. *De re logica ad usum lusitanorum adolescentium*, Lisboa, 1762, II, iii, p. 45-47.

⁵⁹ VERNEI, Luís A. — *De re logica*, II, iii, p. 45.

⁶⁰ *Idem*, III, Parte I, v, p. 77; cfr. nt. 1.

O problema que se depara na obra intitulada *De re logica* é se, com base nas ideias particulares, o espírito pode construir ideias gerais ou universais. À primeira vista, é isso o que acontece. De facto, Vernei fala de “ideias universais”, definindo-as, consoante a rotina da Escola, como algo “comum a muitos”⁶¹. Elas são obtidas por um processo de abstracção e “precisão”, como acontece com as ideias das espécies (formadas a partir das semelhanças entre indivíduos) e com as dos géneros (que resultam de conformidades entre as espécies). A abstracção, que conduz à formação de tais ideias verifica-se quando, eliminados pela mente os modos característicos de cada indivíduo, se considera apenas aquilo em que eles se assemelham⁶².

Não devemos, porém, extrair destas palavras conclusões apressadas. É que, na obra referida, o objectivo de Vernei, pelo que respeita ao tema em estudo, era ministrar aos jovens estudantes de filosofia algumas noções mais gerais, segundo a “opinião vulgar”, não filosófica, que constituíssem uma abordagem preliminar à questão⁶³, reservando-se para outras obras um melhor esclarecimento e crítica. Com efeito, a propósito dum outro problema, considera Vernei que, sendo a *De re logica* uma obra de iniciação, não era o local mais adequado para envolver-se em controvérsias⁶⁴. Esta metodologia revela o eclectismo de Vernei, incapaz, muitas vezes, de se emancipar dos esquemas e dos conceitos da Escolástica, dentro da qual teve início a sua formação filosófica. De qualquer modo, advertindo bem, a abstracção, como ficou definida, não se identifica com a da tradição aristotélico-tomista.

A concepção posta em evidência, sobretudo na *De re metaphysica* e na *De re physica*, é que, pela sua génese, todas as nossas ideias são particulares, não havendo, no sentido próprio, lugar para as ideias universais. A tese é, antes de mais, afirmada contra os escolásticos, que supõem existir (não só na mente, como também nas coisas e na língua com que falamos) certas “naturezas universais” predicáveis dos indivíduos da mesma espécie ou do mesmo género. No entanto, no que se refere em especial às ideias, tal doutrina é contraditória — e por mais que uma razão —, ao afirmar: que as ideias têm a sua origem nos sentidos, mas que, não obstante, há ideias universais; que uma ideia se pode afirmar de vários, resultando daí que ela é una e múltipla ao mesmo tempo; e que as ideias particulares se convertem em universais por um acto do entendimento. Neste último caso, as ideias perderiam inexplicavelmente

⁶¹ *Idem*, p. 78.

⁶² *Idem*, *ibid.*.

⁶³ *Idem*, *ibid.*, nt. 1.

⁶⁴ VERNEI, Luís A. — *De re metaphysica*, IV, iv, p. 154, nt. 1.

o seu *status* original, ao conceder-se indevidamente ao espírito (que é passivo) a capacidade de modificar a natureza dos seus conteúdos, convertendo em universal o que é singular⁶⁵. O nosso espírito tem apenas o poder de ajuntar ou separar as ideias recebidas através da sensação, mas não o de criar ideias universais, distintas das que os sentidos possibilitam. E, com ar presumido, sentença Vernei que ninguém de são juízo pode pensar de maneira diferente⁶⁶.

A aversão de Vernei por tudo o que ele julga serem frivolidades escolásticas está aqui bem patente. E o empirismo oferece-lhe a base da sua contestação. O universal não existe no sensível em potência, passando a acto pela intervenção do intelecto agente. Por consequência, também a abstracção, como o escolasticismo tomista a entendeu, está implicitamente recusada.

O que ficou dito permite já perceber a atitude radical do Barbadinho a respeito da questão que vimos tratando. Procedendo no entanto ordenadamente, assinalemos:

1) A recusa da teoria platónica sobre os universais (que não passa duma ficção metafísica) e da consequente existência de substâncias autónomas, distintas da realidade sensível e funcionando como seus modelos⁶⁷.

2) A denúncia, inúmeras vezes repetida, do universal *in re* ou de naturezas comuns realizando-se indistintamente nos objectos da experiência, pois “não há coisa alguma que seja comum a muitos indivíduos”⁶⁸. A natureza de Pedro não existe em Paulo, mas é apenas semelhante à deste. Na verdade, os sentidos só nos certificam da existência de simples absolutos, cuja semelhança é a causa da formação das ideias que vulgarmente se designam por “universais”⁶⁹. Sobre a opinião dos escolásticos, o comentário de Vernei é que o uso continuado de ideias abstractas os levou a persuadirem-se de que os respectivos referentes são verdadeiros universais, como entidades positivas. Mas — prossegue desdenhosamente —, os escolásticos disseram muitas coisas insustentáveis e fúteis,

⁶⁵ “Nam ideas omnes ingredi per sensus — ut illi aiunt — et esse universales pugnant inter se; ideas singulares fieri posse universales in mente pugnant inter se: essent enim eadem et non essent, quia naturam suam perdidissent, nec mens habet hanc vim mutandi naturas rerum; esse unam re ideam et posse re vera affirmari de plurimis individuis, pugnant inter se, siquidem esset res una et simul plures” (VERNEI, Luís A. — *De re physica*, vol. IV, X, iii, 1, p. 464; cfr. *De re logica*, III, Parte I, v, p. 80; *De re metaphysica*, IV, ii, p. 137, nts. 1 e 3).

⁶⁶ VERNEI, Luís A. — *De re metaphysica*, IV, ii, p. 139, nt. 3.

⁶⁷ VERNEI, Luís A. — *De re logica*, III, Parte I, v, p. 82.

⁶⁸ *Idem*, p. 79.

⁶⁹ *Idem, ibid.*; cfr. *De re physica*, vol. IV, X, iii, 1, p. 465.

que não passam despercebidas sequer a um aprendiz de filosofia minimamente esclarecido ⁷⁰.

3) A rejeição do próprio conceptualismo, enquanto doutrina que atribui universalidade às ideias (embora destituindo-as de valor objectivo). Esta crítica sobressai do que acima já ficou dito sobre a impossibilidade das ideias universais, no sentido próprio do termo. Aliás o conceptualismo é uma posição equívoca, senão mesmo contraditória. Afirmar que na realidade só há particulares, mas que ao nível mental se dão conceitos universais, exige que se pergunte do que é que são conceitos tais conceitos. Se se responder que eles se reportam a propriedades comuns existentes na realidade, parece cair-se na explicação realista, aceitando a presença de naturezas ou formas identicamente realizadas em muitos particulares. Mas se a resposta for que tais conceitos representam muitos indivíduos, como imagens genéricas, então o universal seria ainda uma entidade abstracta, mas com um estatuto ambíguo, confuso e indefinido. A recusa de qualquer entidade universal é que constitui o cerne do pensamento de Vernei, que desse modo julgava manter-se na linha dum empirismo consequente.

*

Face ao exposto, é legítimo pensar-se que Vernei recebeu alguma inspiração de Berkeley, de cuja obra conheceu o *Treatise* já referido e ainda *Three Dialogues between Hylas and Philonous* ⁷¹. É certo que na *De re metaphysica* ele tece uma crítica ampla e contundente, ainda que superficial, ao chamado “imaterialismo” de Berkeley ⁷². Mas, como depois mostraremos, quanto à problemática que estamos analisando, julgamos incontestável existir um ponto de concordância entre ambos os autores. Vernei, porém, é acima de tudo um eclético. De facto, ele viu-se confrontado com as soluções de Locke e de Berkeley, decidindo-se por uma conciliação entre ambos, que no entanto resultou algo artificial e pouco persuasiva.

Tal como Locke, Vernei não tem dúvidas sobre a possibilidade de o espírito formar ideias abstractas, referindo três casos em que elas têm lugar: a) Quando se separa mentalmente um todo material nas suas partes, que realmente podem considerar-se independentes (como no caso da divisão dum livro nos seus diferentes capítulos, cada um dos quais trata dum tema específico). Cada parte diz-se então “abstraída”; b) Quando se

⁷⁰ *Idem*, p. 82-83.

⁷¹ VERNEI, Luís A. — *De re metaphysica*, III, iv, p. 80, nt. 1.

⁷² *Idem*, p. 80-98.

concede um modo dum objecto à parte da respectiva substância, embora na realidade essa separação não se verifique (por exemplo, pode pensar-se no movimento rectilíneo sem atender ao corpo que se move); c) Por fim, ao concluir que um determinado indivíduo é semelhante a outros por alguma ou algumas das suas propriedades, empiricamente verificáveis, forma-se com base nessa semelhança uma ideia abstracta (v. g., a ideia de “homem”). É neste caso que costuma falar-se de ideias universais ⁷³.

Segundo a última aceção, uma ideia abstracta não é, porém, aquela entidade com que deparámos em Locke. Ela é sempre uma ideia particular ou uma aparência e, portanto, uma imagem ⁷⁴, embora parcial. Estamos aqui também perante o conceito de abstracção como um corte operado no conjunto das representações sensíveis, mas segundo um processo mental diferente: as ideias são abstraídas a partir da representação das propriedades dum indivíduo (pelo facto de uma delas ou de várias terem sido reconhecidas como semelhantes às doutros indivíduos) e não a partir das representações de propriedades comuns a muitos.

É numa nota da *De re metaphysica* que nos é exposta com maior clareza esta concepção. Quando percebemos um indivíduo humano — escreve Vernei —, o nosso espírito forma diversas ideias, tais como as de “existente”, “vivente”, “dotado de sensações”, “capaz de rir e de chorar”, bem como as que se referem à estatura, à expressão facial, à cor da pele, ao vestuário, etc.. Mas se se retiver, por exemplo, a ideia de “vivente”, isso significa que ela é abstraída das outras; e é costume designar-se por universal porque a experiência atesta que todos os humanos são semelhantes sob esse aspecto. No entanto, aquela ideia reporta-se a um indivíduo concreto, isto é, ao que num dado momento consideramos. O espírito tem, porém, a capacidade de, num movimento extremamente rápido (*celeri motu, veloci cogitatione, velocissimo cursu*) reproduzir as imagens doutros indivíduos, retidas pela memória, com incidência sobre a propriedade mencionada. “Eis aí a abstracção e a semelhança, mas nada de universal. A que é que, portanto, este se reduz? Na verdade, não passa duma ilusão, pela qual me persuado de que, quando enuncio uma ideia semelhante acerca de Paulo, João e Francisco, enuncio uma mesma ideia v. g., a de “vivente”. Mas se reflectir, se examinar a questão atentamente, compreenderei com clareza que não é a mesma ideia mas uma semelhante que formulo. Resta, pois, a *semelhança* das ideias, mas a universalidade desaparece. Por isso o universal, para aqueles que ponderam com diligência a questão, não existe nem pode

⁷³ *Idem*, IV, ii, p. 136-137.

⁷⁴ VERNEI, Luís A. — *De re physica*, vol. IV, X, iii, 1, p. 467.

existir”⁷⁵. E Vernei, desdenhosamente, conclui que se reduz afinal a muito pouco a tão enfadonha disputa sobre a natureza dos universais, que durante tantos séculos ocupou realistas e nominalistas.

Repetindo, o conceito de abstracção acabado de expor não é um decalque sobre o de Locke, existindo entre ambos um cambiante assinalável. Na concepção lockeana a ideia geral abstracta deve ser interpretada como uma imagem genérica, resultante de diversas representações particulares parciais, que foram subsumidas numa representação única (numa justaposição de imagens); ou então como uma essência nominal. Quanto a Vernei, a ideia abstracta reporta-se a uma propriedade dum indivíduo determinado, que comprovamos ser semelhante à doutros indivíduos. “Para abstrairmos a ideia de “homem” ou de “vivente”, basta que um só homem se manifeste à mente; por exemplo, Pedro. Na verdade, sentimos que apenas um indivíduo de apresenta e depois outro”⁷⁶.

Estas últimas palavras são, porém, equívocas, por parecerem dar a entender que a abstracção dum propriedade, tida como semelhante, é possível sem a representação prévia dum conjunto de coisas que, comparadas entre si, revelam que se assemelham. Não estava certamente na intenção de Vernei proferir tal dislate, até porque não é confirmado por outros textos. O que ele pretendeu pôr em relevo foi a natureza particular de todas as ideias, ainda que abstractas. Uma ideia abstracta é semelhante a outra ou a outras. Mas, porque entre elas existe apenas semelhança, não podem coincidir numa só ideia, que fosse intrinsecamente universal; por isso, são particulares. A experiência dos factos da consciência não comprova outra coisa.

Deparamo-nos aqui com uma explicação “imagista” do conhecimento, que visa depreciar qualquer doutrina que suponha a existência de entidades universais, por não serem justificadas pela percepção sensível. A doutrina escolástica é, naturalmente, a mais visada. Mas, num passo da *De re physica*, a concepção lockeana dos universais como essências é também expressamente posta em causa. Acerca dos termos gerais da linguagem, sustenta Locke que, como é óbvio, não significam um ente particular, de contrário seriam nomes próprios, mas também não significam uma pluralidade de coisas, pois, se assim fosse, os termos “homem”

⁷⁵ “In quo igitur universale positum est? Nempe in errore, quo mihi persuadeo me, cum enuntio similem ideam de Paulo, Ioanne, Francisco, eadem ideam “viventis” enuntiare. Quod si ad me redeo, si rem pro merito examino, clare cognosco non eadem, sed similem ideam enuntiare. Remanet igitur *similitudo* idearum, universalitas evanescit. Quare universale iis, qui rem diligenter considerant, nullum est nec esse potest” (VERNEI, Luís A. — *De re metaphysica*, IV, ii, p. 137-138, nt. 3; cfr. *De re logica*, III, Parte I, v, p. 80-81).

⁷⁶ *Idem*, p. 137, nt. 3.

e “homens” teriam o mesmo sentido, tornando-se então supérflua a distinção gramatical dos números em singular e plural. A significação dos termos gerais é então a essência duma espécie de coisas⁷⁷, identificada com uma ideia abstracta. A isto responde Vernei que a um termo geral não corresponde uma ideia única, como entidade abstracta, pois uma ideia abstracta (como ele a interpreta) deve ser entendida como representando “apenas aquele objecto de que foi abstraída”⁷⁸.

O ponto de vista de Vernei que temos vindo a expor é sem dúvida deverdor ao criticismo de Berkeley, não caindo no entanto no exagero deste, psicologicamente injustificável, de supor que todas as ideias são particulares ao ponto de conterem as circunstâncias e as diferenças indviduantes. Com efeito, Vernei aceita, como vimos, as ideias abstractas, que não passam, porém, de ideias particulares, embora parciais. É pela crença na natureza particular de todas as ideias que entre os dois autores se estabelece um ponto de concordância.

A doutrina de Vernei não padece, porém, duma grave incongruência que atrás apontámos em Berkeley, a propósito da concepção do universal como generalização do particular. Passemos, antes de mais, à apresentação dum texto da *De re physica*, referente a demonstrações geométricas. Pensam alguns — escreve Vernei — que, quando o geómetra demonstra as propriedades do círculo, ele não tem somente a ideia dum círculo particular, mas do círculo em geral, uma vez que a sua demonstração é aplicável a todos os círculos possíveis. Supondo o teorema “duas cordas que se intersectam num círculo dividem-se em partes reciprocamente proporcionais”, não se exige que sejam calculados nem o diâmetro nem o comprimento das cordas inscritas, pois pode fazer-se a demonstração independentemente da dimensão desses segmentos. Terá assim de aceitar-se a ideia universal de “círculo”. A resposta de Vernei é que o círculo sobre o qual é feita a demonstração é particular, bem como o seu diâmetro e o seu raio, e não deixam de sê-lo pelo facto de o geómetra não prestar atenção às respectivas medidas. Só é possível conhecer e demonstrar as propriedades dum círculo particular e de um de cada vez, e não do círculo em geral. Mas o teorema demonstrado num caso particular pode aplicar-se a todos os casos possíveis, por serem semelhantes ao primeiro, sem que isso implique a representação da ideia universal de “círculo”⁷⁹.

Só aparentemente é que Vernei tem um parecer idêntico ao que Berkeley enunciou a propósito de demonstrações sobre linhas e triângulos. Com efeito, em Vernei a demonstração num caso particular (como no do

⁷⁷ LOCKE, John — *Op. cit.*, III, iii, 12, p. 331.

⁷⁸ VERNEI, Luís A. — *De re physica*, vol. IV, X, iii, 1, p. 470.

⁷⁹ *Idem*, p. 468-469.

exemplo acima) pode generalizar-se porque o conhecimento de várias figuras possibilita a abstracção, em cada uma delas, de características semelhantes. A generalização é plenamente justificável com fundamento na semelhança entre as figuras; sendo assim, não há que invocar um universal que as represente a todas. Quanto a Berkeley, ele invoca um pretensão universal, que em si mesmo não fornece justificação alguma, porque ele próprio necessita de ser justificado.

*

Da exposição que até ao momento fizemos é fácil deduzir que Vernei recusa o próprio nominalismo no sentido estrito ou a concepção que reduz os universais a nomes comuns, que designam entidades concretas.

Foi muito discutido na Idade Média o que deve entender-se por *nomen*, *vox*, etc., a respeito da presente problemática. Os que supõem que um *nomen* é uma entidade física (identificável com um *terminus*) devem chamar-se, com mais propriedade, “terministas”, que rejeitam a existência de universais como entidades abstractas em qualquer das suas formas (naturezas reais, conceitos ou nomes comuns). Os nominalistas propriamente ditos sustentam que um nome não tem de ser entendido como uma entidade concreta, mas como um *terminus conceptus*, que pode expressar-se (oralmente ou por escrito), em momentos diferentes sem deixar de ser o mesmo nome, dada a permanência da sua significação. No entanto, sob o ponto de vista histórico-filosófico é muito difícil fazer a distinção entre tendências terministas e nominalistas, o que explica que vários autores medievais tenham sido colocados, indiferentemente, em ambos os campos.

Feito este esclarecimento, citemos um texto de Vernei: “Não existe qualquer nome que seja verdadeiramente universal. Quando digo ‘Pedro é homem’, ‘Paulo é homem’, ‘Francisco é homem’, parece que enuncio o mesmo nome acerca de três indivíduos, mas o que se passa é muito diferente. Com efeito, o que proferi foram apenas três nomes semelhantes, que requerem uma configuração semelhante da boca do falante e que provocam uma afecção semelhante do aparelho auditivo do ouvinte, suscitando neste uma ideia semelhante”⁸⁰. É tão impossível, nas três

⁸⁰ “Nullum est nomen re vera universale. Nam cum dico *Petrus est homo*, *Paullus est homo*, *Franciscus est homo*, videor mihi idem nomen de tribus individuís enuntiare, quod multo aliter se habet: nam tria nomina similia, id est, quae similem oris conformationem in proferente postulant, et similem affectionem in audientis aures movent, et similem ideam in eo qui audit suscitant, dumtaxat protuli. Tam ergo est possibile ut in tribus illis propositionibus idem nomen enuntiem, quam est possibile ut tria individua sint unum individuum” (VERNEI, Luís A. — *De re logica*, III, Parte I, v, p. 81).

proposições referidas, pronunciar o mesmo nome ("homem") como serem um só os indivíduos de quem se fala. E, recapitulando a sua posição sobre os universais, declara, na *De re physica*, que não é filosoficamente legítimo afirmar que a natureza dum indivíduo é a mesma doutro, que a ideia pela qual concebo uma coisa pode referir-se a outra da mesma espécie e que o mesmo nome pode aplicar-se a dois objectos diferentes. Só por comodidade é que os filósofos e os gramáticos têm como idêntico o que é apenas semelhante, quando falam de "nome comum", "nome universal" ou "ideia universal" ⁸¹.

Esta posição radical de Vernei sugere, em traços gerais, aquilo que contemporaneamente se designa por "inscricionismo", uma doutrina do domínio da sintaxe e da semântica fundada na divisão de Peirce e desenvolvida por Carnap entre signos-ideias (*sign-designs*, equivalentes aos *termini concepti* dos escolásticos) e signos-acontecimentos (*sign-events*). Os últimos são as *inscrições*. Se considerarmos que, por exemplo, a palavra "de" aparece cinco vezes numa página impressa, podemos dizer que estamos perante a mesma palavra ocorrendo aquele número de vezes; mas pode também considerar-se que aquela palavra é, em cada ocorrência, um acontecimento distinto no espaço e no tempo, estando a sua significação restringida a esse facto. Trata-se então dum signo-acontecimento ⁸².

O interesse pela possibilidade duma sintaxe e duma semântica formais com base em signos-acontecimentos ou inscrições principiou com Lésniewski e Tarski, tendo continuado com Goodman, Quine, R. Martin e outros ⁸³. Ainda que nestes autores o conceito de "inscrição" seja um pouco variável, R. Martin define-o como "qualquer carácter tipográfico tomado em si mesmo ou qualquer sequência de caracteres tipográficos dispostos da esquerda para a direita, como no caso duma linha impressa" ⁸⁴. A sintaxe e a semântica baseadas nesta concep-

⁸¹ VERNEI, Luís A. — *De re physica*, vol IV, X, iii, 1, p. 465.

⁸² CARNAP, Rudolf — *Studies in Semantics. I — Introduction to Semantics*, Cambridge (Mass.), 1942, p. 5-8; PEIRCE, Charles Sanders — *Collected Papers*, IV, 537, ed. de Ch. Hartshorne e P. Weiss, Cambridge (Mass.), The Belknap Press of Harvard Univ. Press, 1933, p. 423.

⁸³ Cfr. MARTIN, R. M. — *On Inscriptions*, "Philosophy and Phenomenological Research", 11, Set. 1950-Jun. 1951, p. 535-540; MARTIN, R. M. e WOODGER, J. H. — *Toward an Inscriptional Semantics*, "The Journal of Symbolic Logic", 16 (3), Set. 1951, p. 191-203; GOODMAN, Nelson e QUINE, W. V. — *Steps toward a Constructive Nominalism*, The Journal of Symbolic Logic, 12, 1947, p. 105-122.

⁸⁴ "By an inscription let us mean (roughly) any typographical character taken by itself, or any sequence of typographical characters arranged in a left to right order as on a printed line" (MARTIN, R. M. — *Op. cit.*, p. 537).

ção renunciam totalmente às entidades abstractas (classes, propriedades, relações, etc.), declarando não existirem no espaço e no tempo, o que conduz a uma concepção do mundo composto apenas de objectos físicos ou eventos ou de elementos da experiência sensível⁸⁵. Por isso, as relações de significação estabelecem-se somente entre signos-acontecimentos (inscrições), por um lado, e indivíduos concretos, por outro⁸⁶.

É oportuno considerar que, em certo sentido, os antecedentes remotos do inscricionismo se encontram já na época medieval, na chamada "lógica terminista". Dentro desta, o exemplo mais interessante é o de R. Holkot, com a sua teoria das proposições, que visa tornar mais consequente o nominalismo de Ockham. Enquanto para este uma proposição deve ser interpretada como algo idêntico em expressões com a mesma forma linguístico-gramatical, para Holkot "proposição" designa uma sequência de termos ou conceitos formados por uma determinada pessoa num momento determinado. Ockham teria feito uma concessão ao realismo, aceitando implicitamente a existência de entidades abstractas. Diríamos então, em terminologia moderna, que o modelo de Ockham (e o dos lógicos medievais em geral) é o da *type-sentence* (em função do qual uma mesma proposição pode ocorrer várias vezes) e não o da *token-sentence*, proposto por Holkot⁸⁷. É por isso que, segundo este, existem tantas proposições quantos os actos concretos de formá-las e conhecê-las, o que justifica que Deus possa conhecer (*scire*) mais ou menos verdades do que actualmente conhece. Todas as vezes que se pronuncia ou escreve uma proposição verdadeira o número de verdades é acrescentado ao conhecimento divino⁸⁸.

Quanto ao empirismo inglês dos séculos XVII e XVIII, é ele que na filosofia moderna contém em germe a teoria inscricionista. Mas nenhum dos seus representantes mais notabilizados estraiu das suas concepções de escola as consequências que, com perspicácia, Vernei assinalou. Estas não tiveram no entanto qualquer repercussão na filosofia europeia da época, nem sequer adentro das nossas fronteiras.

⁸⁵ GOODMAN, Nelson e QUINE, W. V. — *Op. cit.*, p. 105.

⁸⁶ MARTIN, R. M. e WOODGER, J. H. — *Op. cit.*, p. 193.

⁸⁷ Cfr. KNEALE, William & Martha — *The Development of Logic*, Oxford, Clarendon Press, 1968, p. 49.

⁸⁸ HOLKOT, Robert — *A Quodlibetal Question (...) on the Problem of the Objects of Knowledge and of Belief*, ed. de E. Moody, "Speculum", 39, 1964, p. 59-65; cfr. COXITO, Amândio A. — *Lógica, semântica e conhecimento na Escolástica peninsular pré-renascentista*, Coimbra, Bibl. Geral da Universidade, 1981, p. 321-324.

5. Conclusão

Na sequência da recusa de todas as entidades abstractas, o que mais importa evidenciar em Vernei é a defesa da teoria da similitude, que esteve sempre presente nas nossas análises. Se não existem entidades que possam designar-se por “universais”, quer ao nível do real, quer da mente, quer da língua, então só podemos falar de coisas, de ideias e de palavras semelhantes, todas elas particulares. Em função da teoria, não devemos dizer, por exemplo, que “azul” é o nome duma propriedade identicamente presente em todas as coisas azuis (como pretendia o realismo clássico), mas que as coisas que designamos por “azuis” são parecidas entre si, no que respeita à cor, de maneira suficiente para que possamos considerá-las desse modo. A essas coisas, enquanto conhecidas, correspondem ideias particulares de “azul”, entre as quais há apenas semelhanças, razão por que não pode falar-se dum universal na mente em que todas as representações particulares se unificassem (como supõe o conceptualismo). E o mesmo se passa ao nível dos termos da linguagem, com a consequente rejeição do nominalismo propriamente dito.

É significativo que haja nos nossos dias quem aceite a teoria da similitude como a mais sensata⁸⁹. A verdade, porém, é que ela é susceptível duma objecção séria: se várias coisas se assemelham por alguma característica, então o *semelhante* é em si mesmo um universal (um universal relacional). Citemos a propósito B. Russell: “Se quisermos evitar os universais *brancura* e *triangularidade*, teremos de escolher uma mancha particular de cor branca ou um triângulo particular e dizer que uma coisa é branca ou que é um triângulo se tiver a espécie exacta de semelhança com o particular que escolhemos. Mas então a semelhança reivindicada será um universal (...). Se somos compelidos a admitir este universal, devemos achar não valer a pena persistir em inventar teorias difíceis e inverosímeis para nos esquivarmos à aceitação de tais universais, como *brancura* e *triangularidade*”⁹⁰.

Na época de Vernei, nem os empiristas nem os seus adversários conceberam os universais como relações. Aliás, hoje em dia nem todos estão de acordo com o parecer de Russell, relativo a uma certa fase da sua evolução filosófica. A teoria da similitude permanece como uma das alternativas à admissão dos universais. Ao propô-la — ainda que sem grande fulgor especulativo —, Vernei assumiu com lucidez as consequên-

⁸⁹ Cfr. HOSPERS, John — *Introducción al análisis filosófico*, trad. de J. C. Armero San José, Madrid, Alianza Universidad, 1984, p. 451.

⁹⁰ RUSSELL, Bertrand — *The Problems of Philosophy*, 3ª ed., London-Oxford-New York, Oxford University Press, 1973, p. 55.

cias lógicas decorrentes do princípio fundamental do empirismo do seu tempo, recusando outras soluções, porventura menos credíveis, de autores que as contingências da história, no entanto, notabilizaram.